

# AÇÕES GOVERNAMENTAIS E FORMAÇÃO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Dr<sup>a</sup> MÁRCIA SILVEIRA KROEFF

Centro de Educação Física e Desportos da Universidade do Estado de Santa Catarina – FID/Udesc.  
E-mail: d2msk@udesc.br

Dr. MARKUS VINÍCIUS NAHAS

Professor Titular do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina  
E-mail: markus@cds.ufsc.br

## RESUMO

*Este trabalho tem como base o estudo de Kroeff (2000), realizado com base em material bibliográfico e documentos, que analisou a produção científica dos professores doutores da área de educação física, no Brasil. O objetivo foi ampliar o conhecimento a respeito dos próprios programas de pós-graduação em que atuavam esses pesquisadores. O trabalho realiza análise exploratória de associação de variáveis, por meio do procedimento estatístico de Análise de Correspondência Múltipla (ACM), que permitiu a classificação dos professores estudados em três grupos, grupo A, grupo A/B e o grupo B, baseado nos itens abordados nos critérios de área de avaliação da Capes, mais especificamente no documento do "Perfil de excelência para a área de educação física (1996/1997)", no tópico relativo ao corpo docente. Os resultados da associação de variáveis permitiram, mais do que uma mera classificação dos professores em grupos, a visualização dos resultados relativos à qualidade dos pesquisadores formados, principalmente daqueles que foram ao exterior para se capacitar, na ocasião de seus cursos de doutorado, e que hoje formam a suposta "elite produtiva" da área.*

*PALAVRAS-CHAVE: Educação física; pós-graduação; produção científica.*

## INTRODUÇÃO

A pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil, começou a ter um desenvolvimento sistemático a partir da década de 1960. Surgiu em um cenário no qual a política econômica se abriu para o exterior, apresentando facilidades para importação de tecnologia. Associada a esta nova política econômica, estabeleceu-se uma política de formação de recursos humanos de alto nível, que, segundo Zucco (1996, p. 1), visava atingir duas metas principais: “a necessidade futura de mão-de-obra especializada para preencher os novos empregos criados pelo desenvolvimento econômico previsto e a necessidade de cientistas, pesquisadores e técnicos aptos a desenvolver a pesquisa indispensável à mudança”.

Com a proliferação dos cursos de pós-graduação, coube ao governo federal o estabelecimento do Plano Setorial de Educação, 1972/1974. Como meio de nortear o crescimento requerido neste setor, foi formado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC – o Grupo de Trabalho – GT – que elaborou a Política Nacional de Pós-Graduação, sendo que, em 1974, o MEC lançou o I Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (1975-1979). No mesmo ano, por sugestão do GT, foi instituído pelo decreto n. 73.411, de 4 de janeiro de 1974, o Conselho Nacional de Pós-Graduação. O I PNPG pretendia reforçar o sistema universitário para formar os recursos humanos qualificados, necessários ao desenvolvimento econômico (Zucco, 1996, p. 1). Esse plano firmou a necessidade de expandir a pós-graduação no planejamento estatal. A partir desse momento, a pós-graduação passa a ser considerada um subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, parte integrante do sistema educacional geral, que envolve todos os níveis de ensino.

O I Plano estabelece um sistema de pós-graduação composto de “vários níveis institucionais de coordenação, planejamento e execução, os quais devem ser articulados para uma definição clara de funções e responsabilidades, buscando sempre a compatibilidade administrativa e financeira que caracteriza um sistema institucionalmente estável” (Brasil, 1998, p. 18). Dessa forma, o sistema previsto é composto pelas seguintes instituições:

- a) Conselho Nacional de Pós-Graduação.
- b) Conselho Federal de Educação.
- c) Departamento de Assuntos Universitários – DAU.
- d) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- e) Órgãos e agências, governamentais ou não, com funções de apoio e estímulo às atividades de pesquisa e formação de recursos humanos.

- f) Instituições de ensino superior – IES – e centros de pesquisa, públicos e privados, em que haja cursos de pós-graduação, com atribuições diretamente relacionadas ao funcionamento dos cursos.

Nesse I Plano, o objetivo fundamental foi transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes, o que, segundo o Plano, “será alcançado na medida em que o sistema de pós-graduação exerça eficientemente suas funções formativas e pratique um trabalho constante de investigação e análise em todos os campos e temas do conhecimento humano e da cultura brasileira” (Brasil, 1998, p. 17). Foram duas as questões centrais enfocadas neste documento: a prioridade à capacitação docente das universidades e a necessidade de integração das atividades da pós-graduação dentro da própria universidade. À pós-graduação cabia a formação de recursos humanos para o ensino superior (Plano Nacional de Pós-Graduação, 1996).

Em virtude da retração econômica e da conseqüente contenção orçamentária ocorrida no início da década de 1980, o II PNPG (1982-1985) abandonou o caráter expansionista, antes adotado, e orientou-se para a consolidação do sistema já implantado; para tanto, foram aprimorados mecanismos de acompanhamento e avaliação, com o intuito de melhorar a qualidade dos programas e dos investimentos do setor de pós-graduação.

O objetivo norteador do III PNPG (1986-1989) foi interligar a universidade, a pós-graduação e o setor produtivo, ou melhor, a pós-graduação e o sistema de ciência e tecnologia.

A seqüência de Planos Nacionais para Pós-Graduação foi rompida criando-se, segundo Zucco (1996, p. 1), “um vácuo e, neste, inúmeras expectativas”. Na realidade, os PNPGs proporcionaram uma linha diretriz para a pós-graduação no Brasil, tendo apresentado, na maioria dos casos, coerência de objetivos e ações, o que constituiu, pode-se assim dizer, uma política para o país.

Em janeiro de 1996, reconhecendo que não podia mais ser adiada a definição do IV PNPG, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – deu início aos procedimentos relativos à elaboração dessa tarefa, promovendo os estudos para a fundamentação do novo instrumento político (Brasil, 1997, p. 62).

De acordo com o documento preliminar (Diretrizes, 1999), o IV Plano Nacional de Pós-Graduação – IV PNPG – articula-se com as determinações da lei n. 9.394/96 que estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB –, e também com as orientações gerais do Plano Nacional de Educação – PNE. Nesse contexto, o objetivo fundamental do IV PNPG é a expansão diferenciada do siste-

ma de pós-graduação, balizada por critérios de qualidade acadêmica e pautada pela diminuição dos desequilíbrios regionais na pós-graduação.

Como objetivos específicos, o IV PNPG apresenta:

- a) Diferenciação do modelo da pós-graduação – promover o crescimento diferenciado de cursos, principalmente de mestrado, visando à titulação de profissionais com diferentes perfis, que não contemplem somente a área acadêmica, ou seja, que produzam, além de docentes e pesquisadores, profissionais para o desempenho de atividades outras (que não só a geração do conhecimento científico ou tecnológico) e que atendam à pressão do mercado profissional.
- b) Aumento da eficiência da pós-graduação – diminuir o tempo médio de titulação.
- c) Redução das disparidades regionais – diminuir os desequilíbrios no que se refere à oferta e ao desempenho da pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- d) Maior articulação com o conjunto das atividades acadêmicas – comprometer a pós-graduação com o desenvolvimento institucional, em efetiva articulação com o conjunto das atividades acadêmicas, a fim de promover a qualificação e modernização dos outros níveis de ensino.
- e) Reorganização do financiamento – viabilizar recursos de fontes variadas de financiamento e garantir, apesar da contenção orçamentária atual, a expansão da pós-graduação.
- f) Incremento da qualidade na pós-graduação – construir uma sistemática de avaliação que introduza os indicadores internacionais de qualidade, de modo que insira a pós-graduação brasileira no cenário internacional.

Retomando-se a década de 70, convém ressaltar que, no ano de 1970, foi elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – MEC/Ipea – o diagnóstico da educação física e desportos no Brasil, a fim de detectar as carências na área e definir metas de desenvolvimento para o setor, no qual consta, dentre outros problemas relacionados, “a virtual inexistência de cursos de mestrado e doutorado, a fim de atender a demanda de docentes para o magistério superior e ao desenvolvimento de pesquisa em medicina desportiva, psicologia e pedagogia aplicadas à educação física e ao desporto” (Caram, 1983, p. 60). Apesar dessa constatação, no I PNPG, a área de educação física não foi incluída no processo, tendo deixado de fazer parte integrante desse

primeiro plano de governo. Nessa ocasião, houve reação por parte do coletivo de professores de educação física. A mencionada reação propiciou, por parte da Secretaria de Educação Física e Desportos – SEFD –, do MEC, a convocação de um Grupo de Consultores Externos, com a finalidade de elaborar um projeto para a implantação e o desenvolvimento da pós-graduação em educação física no país.

Em abril de 1978, foi realizado um seminário de pós-graduação em educação física, no qual foram sugeridas as normas para implementação da Política Nacional de Educação Física e Desportos, em integração com o I Plano Nacional de Pós-Graduação. As sugestões recaíram, principalmente, na necessidade de incentivar, a curto prazo, a pós-graduação *lato sensu* para atender aos docentes que lecionavam nas IES, e que não dispunham de condições de afastamento, por longo período, para obterem o título de mestre (Caram, 1983).

Na ocasião, os professores que possuíam mestrado em educação física, ou em áreas conexas como educação e psicologia, entre outras, foram gradativamente incentivados a cursar doutorado no exterior, recebendo bolsas de estudo de organismos de fomento, a fim de possibilitar efeito multiplicador na área de educação física no Brasil (Faria Junior, 1986).

A maioria dos docentes que cursou doutorado no exterior foi basicamente titulada na Alemanha e nos Estados Unidos. A influência alemã ao modelo de pós-graduação brasileiro deu-se, também, em virtude da implementação do “ajuste complementar em matéria de educação física” entre a República Federal Alemã e o Brasil, realizada a fim de proporcionar a vinda de professores altamente especializados para ministrar disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação (Caram, 1983).

Ao retornar ao país, aqueles professores titulados nos Estados Unidos passaram a atuar nos cursos de mestrado da Universidade de São Paulo – USP –, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, sendo, dessa forma, o norte-americano o modelo predominante de pós-graduação implantado nessas IES.

A “elite intelectual”, responsável pela educação física brasileira, começa a formar-se nessa ocasião (Silva, 1997, p. 67-77).

## METODOLOGIA DO ESTUDO

O estudo pode ser classificado como descritivo do tipo exploratório e foi realizado com base em material bibliográfico e documentos; analisou a produção científica dos professores doutores da área de educação física, no Brasil, a fim de ampliar o conhecimento a respeito dos próprios programas de pós-graduação. Compõem a amostra do estudo 42 professores doutores, graduados em educação

física, que atuam ou atuaram nos oito programas de pós-graduação, com cursos de mestrado e/ou doutorado em educação física, de universidades do Brasil, que receberam na avaliação de 1996-1997, da Capes, conceito igual ou superior a três, ou seja, a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade de São Paulo, a Universidade de Campinas, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e a Universidade Gama Filho. Os dados coletados totalizaram 1.664 documentos, oriundos da produção científica dos professores publicada no Brasil ou no exterior, bem como 205 dissertações e teses orientadas por esses professores.

Dentre os procedimentos utilizados, foi realizada uma análise exploratória de associação de variáveis, por meio do procedimento estatístico de Análise de Correspondência Múltipla (ACM), que permitiu a classificação dos professores em três grupos, grupo A, grupo A/B e o grupo B, baseado nos itens abordados nos critérios de área de avaliação da Capes, mais especificamente no documento do *Perfil de excelência para a área de educação física (1996/1997)*, no tópico relativo ao corpo docente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da associação de variáveis permitiu, conforme a discussão a seguir, muito mais do que uma mera classificação dos professores em grupos, possibilitando a visualização dos resultados relativos à qualidade dos pesquisadores formados, principalmente daqueles que foram “enviados” ao exterior para se capacitar, na ocasião de seus cursos de doutorado, e que hoje formam a “elite” produtiva do país.

O grupo A foi composto inicialmente pelo docente servidor público ou com vínculo CLT, que estivesse há mais de nove meses no Programa, com carga horária semanal na instituição maior ou igual a 30 horas e com dedicação ao Programa de pelo menos 30% desta carga horária (NDR6); que possuísse envolvimento em atividades de ensino, pesquisa e orientação (especificamente no caso de professor aposentado não foi considerado obrigatório o vínculo atual com ensino, a fim de não excluí-lo); cujo tema de defesa da tese estivesse vinculado às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa; e que apresentasse produção científica regular, ou seja, com pelo menos duas publicações por biênio em forma de livros, capítulos de livros ou artigos em periódicos arbitrados e indexados, nacionais ou internacionais, pertinentes à área, de níveis A e B. Além disso, deveria apresentar, no mínimo, seis trabalhos por biênio em eventos científicos nacionais ou internacionais, publicados em anais.

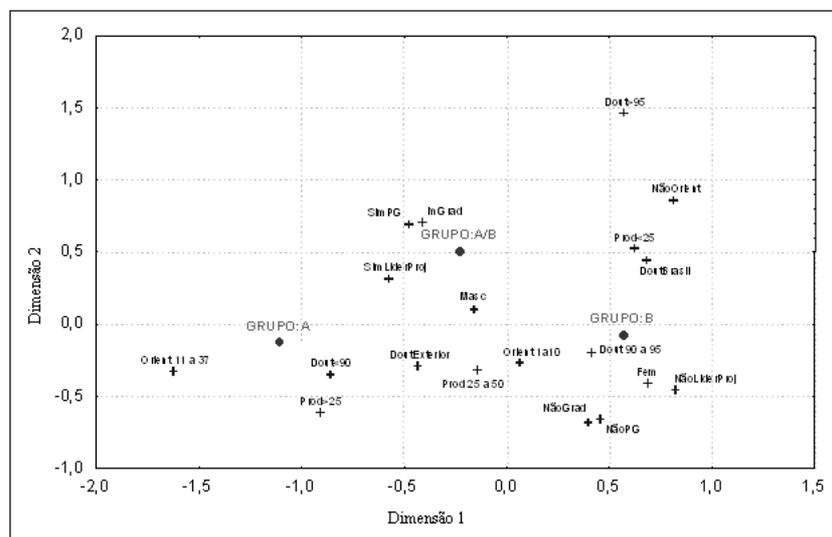


FIGURA 1: Distribuição dos professores segundo características de perfil acadêmico e critério de avaliação docente.

No grupo A, aglomeraram-se 11 professores, dentre os quais seis se doutoraram antes de 1990. Dos 11 professores, nove doutoraram-se no exterior. Os dados confirmam a realidade, relatada na revisão bibliográfica, de que os primeiros doutores da área de educação física foram incentivados pelo governo federal, a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, a cursar doutorado no exterior.

Ao contextualizar a pós-graduação em educação física no Brasil, no ano de 1978, Caram (1983, p. 62) afirma que “a curto e médio prazo, o treinamento no exterior seria recomendável, para a formação de uma elite de docentes capazes de conduzir as pesquisas na área” da educação física.

O referido treinamento foi iniciado, em 1979, com o envio de 38 docentes de IES federais, para universidades norte-americanas (Caram, 1983, p. 61). Ao que se pode constatar, de fato, essa “remessa” de professores ao exterior produziu a elite desejada, que perdura atuante até os dias atuais. Cabe salientar, no entanto, que diversos docentes desse grupo nunca retornaram ao país e outros se doutoraram.

Compõem o grupo A 9 homens e 2 mulheres, dos quais 10 são líderes de projetos de pesquisa, 6 possuem mais de 11 orientações e 8 publicaram mais de 50 trabalhos científico. Também se aproximam do grupo A alguns professores que possuem de 25 a 50 trabalhos publicados.

O grupo A/B foi composto por docentes, servidores públicos ou com vínculo CLT, que estivessem há mais de nove meses no programa, com carga horária semanal na instituição maior ou igual a 30 horas e com dedicação ao programa de pelo menos 30% desta carga horária (NDR6); que possuíssem envolvimento em atividades de ensino, pesquisa e orientação (especificamente no caso de professor aposentado não foi considerado obrigatório o vínculo atual com ensino, a fim de não excluí-lo); com seus temas de defesa da tese vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa; e que apresentassem produção científica regular cuja média mínima fosse de duas publicações por biênio, a contar do ano de titulação de doutor, em forma de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos arbitrados e indexados, nacionais ou internacionais, pertinentes à área, de níveis A e B ou trabalhos em eventos científicos nacionais ou internacionais, publicados em anais.

Esse grupo foi composto por seis homens, sendo que três deles doutoraram-se no Brasil e três no exterior (ou realizaram doutorado sanduíche). Cinco dos seis professores doutoraram-se no período de 1990 a 1995. A partir da década de 1990, nota-se o gradativo efeito multiplicador dos cursos de doutorado no Brasil, com o qual já começam a haver defesas de doutorado no país, descaracterizando a formação maciça dos doutores no exterior.

Somente um dos doutores do grupo A/B não atua como líder em projeto de pesquisa; a produção geral recaiu entre 25 e 50 publicações e as orientações ficaram na faixa de 1 a 10 por professor.

O grupo B foi composto pelos 25 professores restantes que não compuseram os dois grupos anteriores, A e A/B, sendo 19 homens e 6 mulheres, em um total de 25 professores.

O período mais expressivo para o grupo B em relação à obtenção do título de doutor é de 1990 a 1995, sendo que dos 24 professores 11 doutoraram-se no Brasil e 13 no exterior ou fizeram doutorado sanduíche.

Os professores do grupo B, em geral, não atuam em projetos de pesquisa, não ministram aulas na graduação nem na pós-graduação, possuem produção científica inferior a 25 publicações e possuem entre 1 e 10 orientandos.

Os professores que se doutoraram recentemente, ou seja, entre 1996 e 1998, encontram-se distanciados dos grupos, assinalando, de certa forma, uma descaracterização ou um afastamento desses sujeitos do padrão em vigor.

Especificamente com relação aos professores que compõem o grupo A, elaborou-se um quadro síntese que apresenta, lado a lado, o tema da tese, o tema prioritário de publicação, o tema prioritário de orientação e a posição ou não do professor como líder de linha de pesquisa, segundo o *Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq*.

QUADRO I  
 RELAÇÃO ENTRE O TEMA DE TESE, TEMA DE PUBLICAÇÃO, TEMA  
 DE ORIENTAÇÃO E POSIÇÃO DE LÍDER DE LINHA DE PESQUISA,  
 DOS PROFESSORES DOUTORES QUE COMPÕEM O GRUPO A.

Professor	Tema da tese de doutorado	Tema prioritário de publicação científica	Tema prioritário de orientação	Líder de linha de pesquisa
1	Recreação e lazer	Recreação e lazer	Recreação e lazer	Sim
2	Desenvolvimento motor	Fisiologia. Anatomia, antropometria e medidas e avaliação	Anatomia, antropometria e medidas de avaliação. Atividade física e saúde, qualidade de vida e sedentarismo	Sim
3	Atividade física e saúde, qualidade de vida e sedentarismo	Atividade física e saúde, qualidade de vida e sedentarismo	Atividade física e saúde, qualidade de vida e sedentarismo	Sim
4	Biomecânica, cinesiologia e cinemática	Biomecânica, cinesiologia e cinemática	Biomecânica, cinesiologia e cinemática	Não
5	Anatomia, antropometria e medidas de avaliação	Anatomia, antropometria e medidas de avaliação	Anatomia, antropometria e medidas de avaliação	Sim
6	Prática desportiva, jogo e fundamentos desportivos	Anatomia, antropometria e medidas de avaliação. Prática desportiva, jogo e fundamentos desportivos. Psicologia.	Psicologia	Não
7	Biomecânica, cinesiologia e cinemática	Biomecânica, cinesiologia e cinemática	Biomecânica, cinesiologia e cinemática	Sim
8	Desenvolvimento motor	Desenvolvimento motor	Aprendizagem motora	Sim
9	Desenvolvimento motor	Atividade física e saúde, qualidade de vida e sedentarismo. Anatomia, antropometria e medidas de avaliação	Anatomia, antropometria e medidas de avaliação	Não
10	Desenvolvimento motor. Anatomia, antropometria e medidas de avaliação	Atividade física e saúde, qualidade de vida e sedentarismo. Anatomia, antropometria e medidas de avaliação	Atividade física e saúde, qualidade de vida e sedentarismo	Não
11	Correntes filosóficas Sociologia	História Sociologia	Sociologia	Não

Dos 11 professores que compõem o grupo A, 8 (72,7%) trabalham com a área biológica, 2 (18,2%) com desporto, recreação e rítmica e 1 (9,1%) com a área socioantropológica.

Dos 8 professores da área biológica, 5 são líderes de pesquisa segundo o CNPq, ao passo que, dos 2 professores que atuam na área do desporto, recreação e rítmica, somente 1 é líder de linha de pesquisa. O professor que atua na área socioantropológica não é líder de linha de pesquisa, segundo o Diretório do CNPq.

Dos 11 professores, 6 (54,54%) foram apontados no *Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq* como líderes de linhas de pesquisa, sendo que, desses, 5 trabalham prioritariamente com o mesmo tema desde a defesa do doutorado (ver quadro 1).

## CONCLUSÕES

Ainda que os números sejam reduzidos, observa-se que houve um retorno extremamente positivo do investimento do governo federal na formação de doutores em educação física no exterior. É bom lembrar que a maior parte dos doutores incluídos no grupo A tiveram sua formação nos Estados Unidos e Alemanha. Em anos recentes, um número maior de pessoas tem buscado esse nível de formação em países como Portugal, Espanha, Bélgica e Cuba. Ainda é cedo para se avaliar o retorno desse investimento.

O que se teme, na atual política de capacitação, é a redução progressiva nos investimentos de formação no exterior, privando muitos professores da oportunidade de formação em centros mais avançados. É claro que os critérios de concessão de bolsas para o exterior tendem a ficar mais rigorosos, uma vez que temos um certo número de programas de doutorado em educação física no Brasil. Isso, porém, não deve impedir a saída de professores para países onde *realmente* existam centros de excelência na área, tanto para doutoramento pleno como para doutorado sanduíche e pós-doutorado.

Há que se enfatizar a formação na área de educação física, propriamente, seja no país ou no exterior, revertendo uma tendência de formação de doutorado "onde houver vaga" ou "onde for mais fácil". A história recente e os dados comentados anteriormente apontam para a necessidade de vínculo histórico e vivência profissional com a área, ao lado de uma formação em centros de real competência, para que o retorno de produção, quer na especificidade, quer na qualidade, seja garantido.

### Government actions and researchers' preparation in physical education in Brazil

*ABSTRACT: This study discusses the context of graduate programs in Brazil, since its systematization started in the sixties. It emphasizes the physical education (PE) graduate programs and research in the Brazilian context based on the study conducted by Kroeff (2000), which analyses bibliographical data and official documents of the scientific production of Brazilian Professors of Physical Education (Doctors and PhD. in PE associated to recognized graduate programs). Aiming to expand the knowledge regarding research in the graduate programs, this study analyzes the variables association using the statistical procedure of Multiple Correspondence Analysis (MCA), which enabled a classification of the subjects into three groups: group A, group A/B, and group B, based on the criteria used by Capes, more specifically, on the document "Excellence Profile for the Area of Physical Education (1996/1997)", in the topic regarding the graduate professors. The result of the variables association, allowed to make more than one simple classification of the professors into groups, but it made possible to visualize the results according to the quality of the work of the researchers, especially that of those who graduated from doctoral programs outside Brazil, and today are the productive group of the area in this country.*  
*KEY-WORDS: Physical education; graduate programs; scientific production.*

### Acciones gubernamentales y formación de investigadores en educación física en Brasil

*RESUMEN: Este estudio contextualiza el posgrado stricto sensu en Brasil, desde su sistematización, a partir de la década de 1960. Insiere también el posgrado en educación física en el contexto brasileiro. Con base en el estudio de Kroeff (2000), realizado a partir de material bibliográfico y de documentos, que analizó la producción científica de los profesores doctores del área de educación física en Brasil, con el fin de ampliar el conocimiento sobre los propios programas de posgrado, el trabajo procede análisis exploratorio de asociación de variables, por medio del procedimiento estadístico de Análisis de Correspondencia Múltiple (ACM), que permitió la clasificación de los profesores estudiados en tres grupos, grupo A, grupo A/B y el grupo B, basado en los items abordados en los criterios de área de evaluación de la CAPES, más específicamente en el documento del Perfil de excelencia para el área de educación física (1996/1997), en el tópico relativo al cuerpo docente. Los resultados de la asociación de variables permitió más que una mera clasificación de los profesores en grupos, posibilitó la visualización de los resultados relativos a la calidad de los investigadores recibidos, principalmente de aquellos que fueron "enviados" al exterior para capacitarse, en la ocasión de sus cursos de doctorado, y que hoy forman la "élite" productiva del país.*  
*PALABRAS CLAVES: Educación física; posgrado; producción científica.*

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. IV Plano Nacional de Pós-Graduação. *Infocapes*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 62-63, abr./ jun. 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. I Plano Nacional de Pós-Graduação – 1975. *Infocapes*, Brasília, v. 6, n. 1, jan./ mar. 1998.
- CARAM, E. de M. Considerações sobre o desenvolvimento da educação física no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Caetano do Sul, v. 4, n. 2, p. 59- 65, 1983.
- DIRETRIZES gerais para discussão do IV Plano Nacional de Pós-Graduação: versão preliminar, 03/11/99. [s.l.], 1999. 8 p. Apresentado pelo Prof. Waldemiro Gremski, pró- reitor de Pesquisa e Pós- Graduação da UFPR, na reunião do Fórum de Pró- Reitores de Pesquisa e Pós- Graduação – Regional Sul, em Curitiba, 14/ 12/99.
- FARIA JUNIOR, A. G. *Produção científica brasileira em educação física: dissertação de mestrado, listagem*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ Universidade Técnica de Lisboa, 1986. 126p.
- KROEFF, M. S. *Pós-Graduação em educação física no Brasil: estudo das características e tendências da produção científica dos professores doutores*. 2000. 250p. – Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO: documento básico preliminar. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DAS IES BRASILEIRAS. [s.l.]. 1996. Material não publicado.
- SILVA, R. V. de S. *Pesquisa em educação física: determinações históricas e implicações epistemológicas*. 1997. 279 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas.
- ZUCCO, C. *Relação entre pós-graduação e graduação*. Florianópolis: UFSC. 1996. A pós-graduação no contexto histórico-educacional. Primeira versão do documento de trabalho para o "Projeto de Discussão sobre a Pós-Graduação Brasileira", da Capes.

Recebido: 28 out. 2002

Aprovado: 30 nov. 2002

Endereço para correspondência  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Núcleo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde –NuPAF  
Campus Universitário – Trindade – Florianópolis – SC – CEP: 88040-900  
Telefone: (48) 331-7089